


A GESTAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO: IMPACTOS NA CARREIRA E NA FAMÍLIA SOB A ÓTICA DO DIREITO ECONÔMICO

GESTATIONAL SURROGACY: IMPACTS ON CAREER AND FAMILY FROM AN ECONOMIC LAW PERSPECTIVE

GESTIÓN SUBROGADA: IMPACTOS EN LA CARRERA Y LA FAMILIA DESDE LA PERSPECTIVA DEL DERECHO ECONÓMICO

 <https://doi.org/10.56238/arev7n8-046>

Data de submissão: 04/07/2025

Data de publicação: 04/08/2025

Yasmin Commar Curia

Mestranda em Direito

Instituição: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

E-mail: yasmin.commar@unesp.br

RESUMO

A gestação por substituição é um tema multifacetado que se situa na interseção entre o direito civil e o direito econômico. Este estudo explora os impactos dessa prática nas carreiras e dinâmicas familiares nos Estados Unidos, fundamentando-se na teoria de Claudia Goldin sobre a jornada das mulheres rumo à equidade no mercado de trabalho. Argumenta-se que, enquanto a gestação por substituição pode potencialmente mitigar a “penalidade” da maternidade e promover a equidade de gênero, a falta de uma regulamentação uniforme e robusta nos EUA intensifica a assimetria de informação e o risco de exploração de mulheres economicamente vulneráveis. A análise crítica das políticas públicas americanas revela lacunas e direciona a proposta de um arcabouço regulatório que equilibre a eficiência econômica com a proteção dos direitos e da dignidade humana. Conclui-se que a adoção de um marco ético e justo é essencial para assegurar maior inclusão e equidade no mercado de trabalho e nas estruturas familiares.

Palavras-chave: Gestação por Substituição. Carreira. Família. Políticas Públicas. Direito Econômico.

ABSTRACT

Gestational surrogacy is a multifaceted topic that lies at the intersection of civil and economic law. This study explores the impacts of this practice on careers and family dynamics in the United States, drawing on Claudia Goldin's theory regarding women's journey toward equity in the labor market. It is argued that, while gestational surrogacy can potentially mitigate the 'maternity penalty' and promote gender equality, the lack of robust and uniform regulation in the U.S. intensifies information asymmetry and the risk of exploitation of economically vulnerable women. A critical analysis of American public policies reveals shortcomings and guides the proposal of a regulatory framework that balances economic efficiency with the protection of human rights and dignity. It is concluded that the adoption of an ethical and just framework is essential to ensure greater inclusion and equity in the labor market and in family structures.

Keywords: Gestational Surrogacy. Career. Family. Public Policies. Economic Law.

RESUMEN

La gestación subrogada es un tema multifacético que se encuentra en la intersección del derecho civil y el derecho económico. Este estudio explora el impacto de esta práctica en las carreras profesionales y las dinámicas familiares en Estados Unidos, basándose en la teoría de Claudia Goldin sobre el camino de las mujeres hacia la equidad en el mercado laboral. Argumenta que, si bien la gestación subrogada puede mitigar la "penalización de la maternidad" y promover la equidad de género, la falta de una regulación uniforme y sólida en Estados Unidos intensifica la asimetría de información y el riesgo de explotación de las mujeres económicamente vulnerables. Un análisis crítico de las políticas públicas estadounidenses revela brechas y orienta la propuesta de un marco regulatorio que equilibre la eficiencia económica con la protección de los derechos humanos y la dignidad. Concluye que la adopción de un marco ético y justo es esencial para garantizar una mayor inclusión y equidad en el mercado laboral y las estructuras familiares.

Palabras clave: Gestación Subrogada. Carrera Profesional. Familia. Políticas Públicas. Derecho Económico.

1 INTRODUÇÃO

A gestação por substituição, também conhecida como barriga de aluguel, é um arranjo no qual uma mulher, a gestante de substituição, concorda em engravidar e dar à luz uma criança para outra pessoa ou casal, os pais intencionais. Essa prática levanta questões jurídicas complexas e variadas, especialmente no que diz respeito aos direitos das partes envolvidas e às implicações econômicas. Nos Estados Unidos, a regulamentação da gestação por substituição varia significativamente de estado para estado, criando um mosaico de políticas públicas que impactam diretamente as famílias e as mulheres envolvidas.

Este artigo busca explorar como a gestação por substituição influencia a vida profissional e familiar das mulheres, conectando essa prática às ideias apresentadas por Claudia Goldin em sua obra "Career and Family". Goldin fornece uma perspectiva valiosa sobre como as políticas de gênero e as condições econômicas afetam as escolhas profissionais e familiares das mulheres. Apesar do crescente uso da gestação por substituição e seu potencial para mitigar a "penalidade de maternidade", as estruturas legais e econômicas díspares, particularmente nos Estados Unidos, criam desafios significativos e dilemas éticos que exigem uma análise econômico-jurídica aprofundada. Este estudo contribui para a literatura ao sintetizar as perspectivas do Direito Econômico e da bioética para propor um arcabouço regulatório que minimize a exploração e promova a equidade no mercado de trabalho e nas dinâmicas familiares, algo ainda pouco explorado em sua integralidade.

Assim, o artigo será dividido em três capítulos principais. O primeiro capítulo abordará a contextualização jurídica e econômica da gestação por substituição nos Estados Unidos, destacando as variações na regulamentação entre os estados e as implicações dessas diferenças. O segundo capítulo discutirá como a gestação por substituição impacta as carreiras e as dinâmicas familiares das mulheres, utilizando casos reais e dados estatísticos para ilustrar essas relações. O terceiro capítulo analisará as políticas públicas relacionadas à gestação por substituição nos Estados Unidos e discutirá como essas políticas podem ser melhoradas para apoiar as mulheres em suas jornadas profissionais e familiares. Por fim, a conclusão sintetizará os principais pontos discutidos e oferecerá recomendações para futuras políticas públicas.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO JURÍDICA E ECONÔMICA DA GESTAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO

A gestação por substituição pode ser dividida em dois tipos principais: tradicional e gestacional. Na gestação tradicional, a gestante de substituição é geneticamente relacionada ao bebê, pois o óvulo dela é utilizado. Já na gestação gestacional, a gestante de substituição não tem ligação genética com a

criança, pois o embrião é formado a partir do óvulo e espermatozoides dos pais intencionais ou de doadores. Essa distinção é crucial, pois influencia diretamente as implicações jurídicas e os direitos parentais (SANTOS, 2019, p. 78-80). De acordo com Payne, Korolczuk e Mezinska (2020, p. 183-191), a divisão entre sub-rogação tradicional e gestacional é apenas uma parte do complexo cenário das relações de sub-rogação. Os autores propõem uma tipologia de quatro tipos de relações de sub-rogação: abertas, restritas, estruturadas e enredadas, com base em critérios como a frequência e o caráter do contato pré e pós-nascimento, as expectativas das partes envolvidas e os contextos culturais, legais e econômicos.

Nos Estados Unidos, a regulamentação da gestação por substituição é altamente variável. Estados como a Califórnia e Illinois possuem legislações robustas que permitem e regulamentam a prática, oferecendo proteções legais tanto para os pais intencionais quanto para as gestantes de substituição (JOHNSON, 2020, p. 123-125). Na Califórnia, por exemplo, a lei permite contratos de gestação por substituição e garante que os pais intencionais sejam reconhecidos como os pais legais desde o nascimento, oferecendo uma segurança jurídica significativa para todas as partes envolvidas. Em contraste, estados como Michigan e Nova York têm proibições ou restrições severas, criando um ambiente jurídico complexo e muitas vezes incerto para as partes envolvidas. Em Michigan, por exemplo, os contratos de gestação por substituição são considerados nulos e sem efeito, e a compensação financeira para a gestante de substituição é ilegal, o que pode levar a processos judiciais e disputas de custódia (SILVA, 2021, p. 52-55).

As implicações jurídicas da gestação por substituição são vastas e multifacetadas. Um dos principais desafios é determinar a legalidade da transferência de direitos parentais da gestante de substituição para os pais intencionais. Em estados com regulamentações favoráveis, essa transferência é geralmente clara e direta. No entanto, em estados com regulamentações restritivas ou inexistentes, a transferência de direitos parentais pode envolver litígios complexos e prolongados. Os contratos de substituição, que delineiam os direitos e responsabilidades de cada parte, também variam significativamente em sua validade e execução dependendo da jurisdição. Além disso, os procedimentos legais para o reconhecimento de filiação podem envolver processos judiciais complexos em estados com regulamentação menos clara, incluindo a necessidade de adoção formal pelos pais intencionais ou outros processos legais para garantir que os direitos parentais sejam reconhecidos.

A gestação por substituição também tem significativas implicações econômicas. Os custos envolvidos podem variar amplamente, incluindo despesas médicas, compensação para a gestante de substituição, honorários legais e outros custos associados ao processo. Os custos médicos incluem

tratamentos de fertilidade, monitoramento pré-natal e despesas hospitalares para o parto. A compensação para a gestante de substituição geralmente inclui uma remuneração pelo tempo e esforço, além de cobrir qualquer perda de renda durante a gravidez (SILVA, 2021, p. 58-60). Nos estados onde a compensação é permitida, o valor pode variar significativamente, com algumas gestantes recebendo dezenas de milhares de dólares. Os honorários legais são necessários para a redação e execução de contratos, bem como para qualquer litígio que possa surgir. A variação desses custos e a permissibilidade da compensação financeira também moldam a oferta e a demanda no mercado de gestação por substituição, influenciando diretamente a decisão das partes envolvidas e, consequentemente, a dinâmica econômica do setor.

As políticas públicas relacionadas à gestação por substituição têm um impacto direto nas famílias e nas mulheres envolvidas. Em estados com regulamentações favoráveis, as partes podem operar com maior segurança jurídica e clareza de direitos. No entanto, em estados com restrições severas, a falta de clareza pode levar a litígios prolongados e custos adicionais. Essas variações nas políticas públicas destacam a necessidade de uma abordagem mais uniforme e abrangente para regulamentar a gestação por substituição nos Estados Unidos. Uma regulamentação mais uniforme poderia ajudar a proteger os direitos de todas as partes envolvidas e reduzir os custos e incertezas associados a essa prática, otimizando o mercado e garantindo maior equidade nas transações.

Claudia Goldin (2021, p. 45-50) explora as políticas de gênero e as condições econômicas que afetam as escolhas profissionais e familiares das mulheres. A autora destaca a importância de opções reprodutivas seguras e acessíveis para que as mulheres possam equilibrar suas carreiras e responsabilidades familiares. A gestação por substituição, nesse contexto, oferece uma alternativa para mulheres que enfrentam desafios de fertilidade ou outras barreiras à maternidade biológica. Goldin argumenta que a capacidade de controlar a reprodução é fundamental para a participação plena das mulheres no mercado de trabalho e para alcançar a igualdade de gênero. Portanto, a existência de regulamentações claras e justas sobre a gestação por substituição é essencial para garantir que as mulheres possam fazer escolhas informadas e seguras sobre suas opções reprodutivas. Do ponto de vista econômico, a clareza regulatória pode reduzir os custos de transação e a incerteza jurídica, tornando o processo mais acessível e seguro, embora os custos elevados permaneçam uma barreira para muitas famílias.

A bioética também desempenha um papel essencial na análise da gestação por substituição. A bioética trata das questões morais e éticas relacionadas às práticas médicas e biotecnológicas, abordando temas como autonomia, justiça e beneficência. No contexto da gestação por substituição, a bioética questiona se é moralmente aceitável contratar uma mulher para gestar um bebê, as condições

que garantem o respeito à dignidade humana e como prevenir a exploração das gestantes. Segundo Beauchamp e Childress (2013, p. 120-130), por isso, é fundamental que os contratos de sub-rogação respeitem a autonomia das gestantes, permitindo que tomem decisões informadas e voluntárias sobre a sua participação no processo. Além disso, deve-se garantir a justiça, assegurando que as gestantes de substituição não sejam exploradas economicamente ou submetidas a condições prejudiciais à sua saúde física e emocional. A ausência de garantias éticas, por sua vez, pode gerar falhas de mercado e externalidades negativas, como a precarização das condições de trabalho das gestantes e a perpetuação de desigualdades sociais.

A jurisprudência também tem contribuído para moldar o campo da gestação por substituição. Decisões judiciais em vários países têm abordado questões como a validade dos contratos de sub-rogação, os direitos parentais e a nacionalidade das crianças nascidas por meio dessa prática. No caso *Johnson v. Calvert*, a Suprema Corte da Califórnia decidiu que os pais intencionais devem ser reconhecidos como os pais legais do bebê, enfatizando a importância do acordo inicial entre as partes (JOHNSON v. CALVERT, 1993, p. 851-853). Essa decisão reforçou a necessidade de contratos claros e bem elaborados para evitar litígios e garantir a proteção dos direitos de todos os envolvidos. Tal precedente legal, ao conferir segurança jurídica, também favorece a previsibilidade econômica dos contratos, reduzindo riscos e custos associados a disputas.

Além disso, as discussões sobre a gestação por substituição são influenciadas por doutrinas feministas, que examinam como essa prática pode impactar a igualdade de gênero e os direitos das mulheres. Algumas estudiosas do tema argumentam que a sub-rogação pode empoderar as mulheres, proporcionando-lhes uma fonte de renda e a oportunidade de ajudar outras famílias (RADIN, 1996, p. 115-120). No entanto, outras criticam a prática, apontando que pode perpetuar a exploração econômica e a desigualdade de gênero, especialmente quando envolve mulheres de regiões menos favorecidas economicamente. De acordo com Payne, Korolczuk e Mezinska (2020, p. 183-191), o contexto cultural e econômico tem um impacto significativo na experiência das partes envolvidas na sub-rogação. Em contextos em que a sub-rogação é legal e bem regulamentada, as relações tendem a ser mais abertas e satisfatórias. Por outro lado, em contextos de grandes desigualdades de poder e *status*, as relações tendem a ser mais restritas e baseadas em transações comerciais, o que pode levar a sentimentos de exploração e insatisfação. A tensão entre o potencial empoderador e o risco de exploração é central na ótica do Direito Econômico, exigindo que a regulamentação não apenas legitime a prática, mas também estabeleça salvaguardas robustas contra a coerção econômica.

As considerações econômicas e jurídicas, juntamente com os princípios bioéticos e as perspectivas feministas, mostram que a gestação por substituição é uma prática multifacetada que

requer uma abordagem equilibrada e bem regulamentada. Ao integrar essas diferentes perspectivas, podemos avançar em direção a uma regulamentação mais justa e equitativa, que proteja os direitos e interesses de todas as partes envolvidas, garantindo a eficiência do mercado sem comprometer a dignidade humana.

3 CARREIRA, FAMÍLIA E GESTAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO

A decisão de optar pela gestação por substituição pode ter um impacto significativo nas carreiras e nas dinâmicas familiares das mulheres. Claudia Goldin explora como as políticas de gênero e as condições econômicas afetam as escolhas profissionais e familiares das mulheres (GOLDIN, 2021, p. 45-50). Ela observa que a expectativa social de que as mulheres devam ser as principais cuidadoras dos filhos muitas vezes limita suas opções de carreira e contribui para a persistente desigualdade de gênero no local de trabalho. O acesso a opções reprodutivas seguras e acessíveis permite que as mulheres façam escolhas informadas sobre suas carreiras e famílias, promovendo assim a igualdade de gênero. Nesse cenário, a gestação por substituição pode ser vista tanto como uma oportunidade quanto como um desafio, dependendo do contexto em que é realizada.

A gestação por substituição permite que muitas mulheres que enfrentam problemas de infertilidade ou outras dificuldades médicas realizem o sonho de ter filhos biológicos sem comprometer suas carreiras. Isso é particularmente relevante em contextos nos quais as mulheres são pressionadas a equilibrar suas ambições profissionais com as expectativas familiares. Por exemplo, a atriz Sarah Jessica Parker e a apresentadora de TV Andy Cohen recorreram à gestação por substituição para expandir suas famílias sem interromper suas carreiras de sucesso. Essas escolhas permitiram que continuassem trabalhando e contribuindo para suas respectivas indústrias, sem as limitações físicas e temporais de uma gravidez tradicional (PEOPLE, 2021). Celebidades como Chrissy Teigen, Elizabeth Banks, Anderson Cooper e Jamie Chung têm sido abertas sobre suas experiências com a gestação por substituição, elogiando o processo.

No entanto, é fundamental que a discussão sobre a mitigação da "penalidade de maternidade" seja equilibrada com as preocupações éticas levantadas por alguns defensores, que argumentam que a compensação financeira oferecida a uma mulher para gestar um filho para outrem pode abrir caminho para a exploração por pais intencionais mais ricos e poderosos. As preocupações éticas incluem a potencial instrumentalização do corpo feminino e a monetização de um processo intrinsecamente humano.

Outro exemplo notável é o de Kim Kardashian, uma figura pública e empresária de renome, que optou pela gestação por substituição após complicações médicas em suas gestações anteriores. A

decisão de Kardashian não só permitiu que ela continuasse gerenciando seu império de negócios, mas também trouxe visibilidade e normalização para a prática de gestação por substituição, destacando a importância de opções reprodutivas seguras e acessíveis para todas as mulheres (JUNEAU; BUENO, 2018).

Além de figuras públicas, casos de mulheres no mundo corporativo também ilustram a relação entre gestação por substituição, carreira e família. Por exemplo, uma executiva de tecnologia de alto nível pode optar pela gestação por substituição após anos de tratamentos de fertilidade malsucedidos. Essa decisão permitiria que ela continuasse a liderar sua empresa sem a necessidade de uma licença maternidade prolongada, demonstrando como a gestação por substituição pode ser uma solução viável para mulheres em posições de liderança que enfrentam desafios reprodutivos (BUSINESS INSIDER, 2020). Todavia, é preciso considerar que, para os pais intencionais, a gestação por substituição, embora evite a interrupção da carreira relacionada à gestação, impõe desafios financeiros e emocionais significativos, incluindo os altos custos e a complexidade do processo legal e afetivo.

Por outro lado, a gestação por substituição também levanta questões sobre a exploração e a mercantilização do corpo feminino. Em estados com regulamentações robustas, a prática pode ser conduzida de maneira ética e justa, com proteções legais adequadas para todas as partes envolvidas. No entanto, em contextos em que a regulamentação é fraca ou inexistente, a gestação por substituição pode resultar em situações de exploração, nas quais as gestantes de substituição não recebem proteção adequada e podem ser submetidas a condições injustas. Essa preocupação se intensifica quando há assimetria de poder e informação entre as partes.

O crescimento da indústria de gestação por substituição também reflete mudanças nas atitudes sociais e avanços na tecnologia médica. A indústria está projetada para atingir US\$ 129 bilhões até 2032, impulsionada por casos crescentes de infertilidade, mais casais do mesmo sexo buscando ter filhos e maior conscientização sobre opções reprodutivas graças a celebridades que endossam a prática e ao aumento do número de clínicas de fertilidade. O custo de contratar uma substituta nos Estados Unidos varia entre US\$ 60.000 e US\$ 150.000, incluindo honorários legais, despesas médicas, taxas de agência, compensação da substituta e outras despesas, em comparação com US\$ 50.000 em países do Leste Europeu e entre US\$ 60.000 e US\$ 70.000 no México e na América Latina. A prática de gestação por substituição também tem crescido em popularidade devido aos avanços na tecnologia médica e mudanças nas atitudes sociais em relação a famílias não tradicionais. Entre 2018 e 2023, a indústria cresceu de US\$ 6 bilhões para uma estimativa de US\$ 17,9 bilhões (ROELOFFS, 2023). Esse crescimento, embora indique uma demanda, exige vigilância regulatória para evitar que a busca por

custos mais baixos resulte em um "turismo de útero" predatório, explorando vulnerabilidades econômicas.

Estudos de caso e dados estatísticos ilustram o impacto da gestação por substituição nas dinâmicas familiares. Por exemplo, um estudo realizado por Johnson (2020, p. 131-135) mostrou que muitas gestantes de substituição relatam experiências positivas e um forte senso de realização ao ajudar outras famílias. No entanto, o estudo também destacou que algumas gestantes enfrentam desafios emocionais e psicológicos significativos, especialmente em casos em que a relação com os pais intencionais se deteriora. Além disso, a prática pode afetar as relações familiares da gestante de substituição, incluindo seus próprios filhos e parceiros.

Adicionalmente, um estudo realizado por Jadvá e Imrie (2014, p. 90-96) analisou o impacto da sub-rogação nos filhos das mães substitutas, examinando a saúde psicológica e as relações familiares desses filhos. A pesquisa concluiu que a maioria dos filhos das mães substitutas não apresentou problemas psicológicos significativos e mantinha boas relações familiares. A maioria dos filhos relatou uma visão positiva da vida familiar e desfrutava do tempo com suas mães. Além disso, 86% dos filhos tinham uma visão positiva sobre a decisão de suas mães de serem substitutas, expressando orgulho pela capacidade de suas mães em ajudar outras famílias.

A decisão de optar pela gestação por substituição também pode ser influenciada por considerações econômicas. Em muitos casos, a compensação financeira oferecida às gestantes de substituição pode ser um incentivo significativo, especialmente para mulheres de baixa renda. No entanto, isso também levanta questões éticas sobre a potencial exploração econômica. As políticas públicas podem desempenhar um papel crucial em garantir que a compensação seja justa e que as gestantes de substituição sejam protegidas contra exploração, por meio da imposição de pisos e tetos de remuneração, bem como da fiscalização de contratos.

Um caso relevante da Suprema Corte dos Estados Unidos é o de *Johnson v. Calvert* (1993), no qual a corte confirmou que o contrato de gestação por substituição era válido e reconheceu os pais intencionais como os pais legais do bebê. Neste caso, Anna Johnson, a gestante de substituição, buscou ser reconhecida como mãe legal da criança após um conflito com os pais intencionais, Mark e Crispina Calvert. A Suprema Corte da Califórnia decidiu a favor dos Calverts, afirmando que, uma vez que eles haviam fornecido o óvulo e o espermatozoide para criar o embrião implantado em Johnson, eram os pais genéticos e, portanto, os pais legais da criança. Este caso destacou a importância de contratos claros e regulamentações robustas para proteger os direitos de todas as partes envolvidas. A decisão judicial ajudou a estabelecer precedentes para futuras disputas legais sobre a gestação por substituição, fornecendo uma base jurídica sólida para a prática nos estados que permitem contratos de substituição.

A autodeterminação corporal é vista como uma manifestação da autonomia e da liberdade, essencial para a construção da identidade individual. Segundo Jean L. Cohen, o corpo, a interpretação simbólica que se tem dele e o sentimento de controle sobre ele são centrais para o sentido de individualidade, identidade e dignidade pessoal. A decisão de ceder temporariamente o útero é, portanto, uma escolha personalíssima que não deveria sofrer interferências indevidas de terceiros, da sociedade ou do Estado. A não efetivação da autodeterminação corporal pode acarretar prejuízos significativos à individualidade e identidade da cedente, afetando sua autoconfiança e capacidade de interagir com os outros.

Para analisar o conflito entre esses direitos, é possível aplicar a técnica de ponderação de Robert Alexy. A análise de Gobbo e Chielle (2018, p. 75) demonstra que, em um caso hipotético onde o cônjuge nega a autorização, a gestante é privada de forma total do seu direito à autodeterminação corporal, enquanto o direito ao planejamento familiar do parceiro é apenas temporariamente prejudicado. A conclusão, baseada na ponderação de princípios, é que a autodeterminação corporal da gestante temporária deve prevalecer. Isso se justifica pelo fato de que os danos à identidade e à dignidade da pessoa causados pela supressão desse direito podem ser irreversíveis, ao passo que o direito ao planejamento familiar pode ser exercido em outro momento ou por outros meios.

Desse modo, mediante todo o exposto, muito embora não seja tarefa fácil a ponderação destes direitos fundamentais, a conclusão alcançada é que a autodeterminação corporal da cedente temporária merece prevalecer em detrimento ao planejamento familiar do cônjuge ou companheiro, principalmente pelo fato de a autodeterminação corporal dizer respeito às necessidades identitárias e constitutivas do próprio ser, e que se abaladas, podem ocasionar prejuízos irreversíveis, ao ponto que o planejamento familiar, que possui valor inestimável, ainda pode ser reversível através de outros métodos ou em outros momentos.

4 DIREITO ECONÔMICO E POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGULAÇÃO DA GESTAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO

A regulação da gestação por substituição é crucial e a obra de Claudia Goldin destaca a importância de opções reprodutivas acessíveis para as mulheres. A falta de uniformidade regulatória nos EUA gera custos de transação e incentiva a busca por jurisdições com menor proteção, aumentando o risco de exploração.

O direito econômico e as políticas públicas desempenham um papel crucial na regulação da gestação por substituição. Essa prática complexa, que envolve aspectos médicos, legais e econômicos, exige um marco regulatório equilibrado que proteja os direitos das partes envolvidas e leve em

consideração os desafios econômicos. A obra de Claudia Goldin (2021, p. 45-50) oferece uma análise profunda das políticas de gênero e das condições econômicas que afetam as escolhas profissionais e familiares das mulheres, destacando a importância de opções reprodutivas seguras e acessíveis.

Nos Estados Unidos, a regulação da gestação por substituição varia significativamente entre os estados. A Califórnia, por exemplo, possui uma das regulamentações mais favoráveis e detalhadas, facilitando contratos de gestação por substituição e proporcionando um ambiente seguro tanto para os pais intencionais quanto para as gestantes de substituição. Em contraste, estados como Michigan proíbem explicitamente tais contratos, criando um cenário de insegurança jurídica para aqueles que desejam recorrer a essa prática.

A comercialização da gestação por substituição nos EUA é um mercado crescente, previsto para atingir \$129 bilhões até 2032, impulsionado pelo aumento nos casos de infertilidade e pela crescente aceitação social da prática. No entanto, essa popularidade também levanta preocupações sobre a exploração econômica das gestantes de substituição, especialmente em estados com regulamentações mais fracas. A falta de uniformidade regulatória gera custos de transação e incentiva a busca por jurisdições com menor proteção, aumentando o risco de exploração.

A microeconomia nos permite identificar aspectos chave nas decisões dos agentes econômicos. No caso dos contratos de gestação por substituição, os principais agentes econômicos são as mães gestantes, os pais contratantes e as agências de sub-rogação (VARSI ROSPIGLIOSI; MARDINI BURGOS, 2021, p. 162).

A teoria microeconômica destaca que a utilidade e o risco são fatores determinantes na rentabilidade de tais acordos. Além disso, a assimetria informativa é um problema significativo, pois muitas mães gestantes podem não estar totalmente cientes das implicações emocionais e físicas de carregar e entregar um bebê (BULLARD, 1995, p. 59). Esse aspecto é destacado por Schurr e Militz (2018, p. 1630), que apontam que a valoração dos corpos das gestantes é influenciada por geografias afetivas de beleza pós-coloniais, resultando em uma mercantilização parcial mesmo em práticas altruísticas. A ausência de informação completa e simétrica pode levar a contratos subótimos e a uma alocação ineficiente de riscos, favorecendo a parte mais informada e poderosa.

O custo de oportunidade das mães gestantes é um conceito crucial. Este custo inclui todas as atividades alternativas que poderiam gerar renda para essas mulheres, variando consideravelmente entre diferentes países. Por exemplo, uma mulher na Índia rural enfrenta um custo de oportunidade diferente comparado a uma mulher na Califórnia, EUA, onde há maiores oportunidades de desenvolvimento econômico (VARSI ROSPIGLIOSI; MARDINI BURGOS, 2021, p. 161). Esse

diferencial de oportunidades reflete diretamente na decisão de entrar em um contrato de sub-rogação e na negociação dos termos desse contrato.

No âmbito macroeconômico, a análise enfatiza a importância das políticas governamentais e do desempenho da indústria na formação do mercado de sub-rogação. Controles de preços e barreiras internacionais são exemplos de políticas que podem afetar significativamente as mães gestantes. No Peru, por exemplo, os baixos custos dos serviços médicos e os altos padrões de qualidade tornam o país um destino potencial para o turismo reprodutivo. No entanto, a falta de uma regulamentação clara representa um obstáculo para a consolidação desse mercado.

Além disso, a desvantagem econômica das mães gestantes, muitas vezes provenientes de regiões com altos índices de pobreza, as torna suscetíveis a aceitar cláusulas abusivas nos contratos de sub-rogação (FRIEDLANDER, 1995, p. 2387). Há argumentos de que os rendimentos gerados pela sub-rogação não melhorariam significativamente a situação econômica dessas mulheres, pois esses rendimentos seriam agregados à renda familiar controlada por seus parceiros masculinos (AKILA, 2015), o que sugere que a compensação monetária pode não se traduzir diretamente em empoderamento econômico individual. A ineficácia de políticas de redistribuição de renda e o acesso limitado a oportunidades educacionais e profissionais exacerbam essa vulnerabilidade.

A organização dos encontros de mercado através de contratos e regras de comunicação define a relação entre a trabalhadora e o cliente, mostrando a importância da estruturação desses contratos para minimizar a exploração econômica (SCHURR; MILITZ, 2018, p. 1632). Por outro lado, a Corte Interamericana de Direitos Humanos sustenta que a dignidade inclui o direito das mulheres de definir suas próprias relações pessoais, incluindo a maternidade como parte essencial de seu desenvolvimento pessoal (CORTE IDH, 2012, p. 143).

Essa visão defende que cada mulher deve ter o direito de decidir ser ou não mãe e de definir as condições sob as quais ela exercerá a maternidade. A intersecção dessas visões, econômica e de direitos humanos, revela a necessidade de uma regulamentação que promova a autonomia decisória das gestantes, estabelecendo um piso de direitos inalienáveis e garantindo que os contratos sejam resultados de escolhas verdadeiramente livres e informadas. A "passivação do bebê", ou o processo de desvinculação da mãe substituta, é essencial para a transação de mercado, representando um desafio emocional significativo para as mulheres contratadas para sub-rogação como gestantes.

Neste sentido, Schurr e Miltz (2018, p. 1633) discutem a intersecção entre economia afetiva e a gestação por substituição transnacional, destacando como as emoções são mobilizadas e valorizadas no mercado global de sub-rogação. Eles argumentam que a gestação por substituição não é apenas um contrato econômico, mas também uma troca afetiva, em que as emoções e as relações pessoais

desempenham um papel crucial na dinâmica do mercado. Uma das principais contribuições destes autores é a ideia de que as gestantes de substituição muitas vezes são motivadas por narrativas de altruísmo e sacrifício, que são promovidas pelas agências de sub-rogação e pelos pais intencionais. Essas narrativas são utilizadas para justificar e legitimar a prática, criando uma moralidade econômica que valoriza o ato de carregar e entregar um bebê como um serviço altruísta e não apenas como uma transação comercial.

Essa moralidade econômica pode levar a uma forma de exploração emocional, na qual as gestantes de substituição são incentivadas a priorizar as necessidades e desejos dos pais intencionais sobre suas próprias necessidades emocionais e físicas. Os autores, neste sentido, apontam que, em muitos casos, as gestantes de substituição desenvolvem fortes vínculos emocionais com os bebês que carregam, o que torna o processo de entrega do bebê um momento de intenso sofrimento emocional.

Além disso, destacam que a economia afetiva da sub-rogação transnacional é influenciada por desigualdades globais. Gestantes de substituição de países em desenvolvimento muitas vezes enfrentam pressões econômicas e sociais que as levam a entrar no mercado de sub-rogação, em que são frequentemente mal remuneradas e não recebem o suporte emocional adequado (SCHURR; MILITZ, 2018, p. 1635). Essa disparidade econômica reflete as desigualdades mais amplas no mercado global, no qual as mulheres de países mais pobres são exploradas para atender às demandas reprodutivas de indivíduos e casais de países mais ricos.

A análise de Schurr e Militz (2018) também aborda a questão da regulação do mercado de sub-rogação. Eles argumentam que uma regulação eficaz deve levar em consideração não apenas os aspectos econômicos e legais, mas também as dinâmicas emocionais e afetivas envolvidas. Políticas públicas que reconhecem e protegem as necessidades emocionais das gestantes de substituição são essenciais para garantir que a prática seja ética e justa. É imperativo que a legislação estabeleça mecanismos de suporte psicológico obrigatório, tanto pré quanto pós-parto, para as gestantes.

Ainda, Schurr e Militz (2018, p. 1632) abordam detalhadamente a organização do mercado de gestação por substituição através de contratos e regras de comunicação que definem a relação entre a trabalhadora (gestante de substituição) e o cliente (pais intencionais). Eles afirmam que os encontros de mercado são estruturados por meio de acordos contratuais que especificam as condições e termos do serviço de sub-rogação. Esses contratos são instrumentos essenciais para formalizar a relação de trabalho e assegurar que os direitos e deveres de ambas as partes sejam claramente definidos. No entanto, destacam que, embora os contratos busquem proporcionar segurança jurídica e operacional, muitas vezes eles não abordam adequadamente as complexas necessidades emocionais das gestantes de substituição (SCHURR; MILITZ, 2018, p. 1632).

Os contratos de sub-rogação frequentemente incluem cláusulas detalhadas sobre os cuidados médicos, as obrigações financeiras, e as expectativas de comportamento durante a gravidez. Essas cláusulas são projetadas para proteger os interesses dos pais intencionais, garantindo que a gestante de substituição siga um regime de saúde específico e participe de todas as consultas médicas necessárias. No entanto, a ênfase excessiva nos aspectos técnicos e legais pode levar à negligência das dinâmicas afetivas e psicológicas das gestantes. Para mitigar essa falha, sugere-se que as políticas públicas exijam cláusulas contratuais que prevejam apoio psicológico contínuo e independente para a gestante, bem como o direito a aconselhamento jurídico separado e independente, garantindo que a tomada de decisão seja verdadeiramente autônoma e informada, e não meramente transacional.

Nesse sentido, aponta-se, para mitigar essa falha, as políticas públicas devem exigir cláusulas contratuais que prevejam: (i) apoio psicológico contínuo e independente para a gestante, tanto no pré quanto no pós-parto; (ii) aconselhamento jurídico separado e independente, assegurando que a decisão da gestante seja autônoma e informada; e (iii) critérios de elegibilidade para a compensação financeira, estabelecendo pisos e tetos de remuneração para evitar a precarização e a mercantilização excessiva. Tais medidas visam garantir que os contratos de sub-rogação sejam resultados de escolhas genuinamente livres, e não de coerção econômica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática da gestação por substituição encontra-se na intersecção complexa entre direitos reprodutivos, igualdade de gênero e dinâmicas familiares. Este artigo explorou como a gestação por substituição pode servir como uma solução viável para mulheres que enfrentam desafios reprodutivos, ao mesmo tempo em que levanta questões éticas, legais, econômicas e de gênero significativas. Argumentou-se que a gestação por substituição pode mitigar a penalidade de maternidade identificada por Claudia Goldin, permitindo que as mulheres mantenham suas carreiras sem renunciar ao desejo de formar uma família.

A prática pode ajudar as mulheres a evitarem interrupções prolongadas em suas carreiras, especialmente em setores altamente competitivos nos quais tais interrupções podem ter consequências severas. Além disso, a gestação por substituição pode influenciar positivamente a estrutura familiar, possibilitando que casais que, de outra forma, não poderiam ter filhos biológicos, experimentem a paternidade. No entanto, a análise também destacou a necessidade de uma regulamentação robusta para proteger todas as partes envolvidas, garantindo que a prática seja conduzida de maneira ética e justa. Exemplos de regulamentação adequada, como a decisão no caso *Johnson v. Calvert* na Califórnia, ilustram a importância de contratos claros e proteções legais.

Nos Estados Unidos, a regulamentação da gestação por substituição varia significativamente entre os estados. Enquanto estados como a Califórnia e Nevada possuem leis que protegem tanto os pais intencionais quanto as gestantes de substituição, outros estados, como Nova York, recentemente atualizaram suas leis para permitir e regulamentar a prática. Em contraste, estados como Michigan ainda proíbem contratos de gestação por substituição remunerada, destacando a disparidade na abordagem regulatória dentro do país. Essa falta de uniformidade gera incertezas jurídicas e econômicas, incentivando a busca por jurisdições mais permissivas e, por vezes, menos protetivas.

Além das questões de carreira e dinâmicas familiares, este artigo abordou as implicações econômicas da gestação por substituição. A prática é frequentemente acessível apenas para aqueles que podem arcar com os custos elevados, que podem chegar a cento e cinquenta mil dólares nos Estados Unidos. Essa realidade levanta preocupações sobre a exploração de mulheres de classes econômicas mais baixas, que podem ver a gestação por substituição como uma oportunidade econômica, mas que correm o risco de serem exploradas economicamente. Em contextos em que a regulamentação é fraca ou inexistente, as gestantes de substituição podem não receber proteção adequada e podem ser submetidas a condições injustas.

A dimensão de gênero também foi central nesta análise. A gestação por substituição pode ser uma ferramenta poderosa para desafiar as normas tradicionais de gênero que frequentemente impõem às mulheres o ônus de equilibrar carreira e maternidade. A capacidade de recorrer a métodos de reprodução assistida, como a gestação por substituição, oferece às mulheres maior controle sobre suas trajetórias de vida, permitindo que alcancem tanto seus objetivos profissionais quanto pessoais. No entanto, é crucial reconhecer que essa prática também pode perpetuar desigualdades de gênero, especialmente se não for acompanhada de políticas que promovam a igualdade no local de trabalho e no acesso a opções reprodutivas.

O crescimento da indústria de gestação por substituição, impulsionado por mudanças nas atitudes sociais e avanços na tecnologia médica, reflete a crescente demanda por opções reprodutivas. No entanto, essa prática deve ser abordada com cautela, considerando os riscos potenciais de exploração e a necessidade de suporte emocional e psicológico tanto para os pais intencionais quanto para as gestantes de substituição. A legislação deve evoluir para fornecer um quadro legal que proteja todas as partes e promova a prática ética da gestação por substituição.

Em última análise, a gestação por substituição oferece uma oportunidade única para repensar as políticas de gênero e família, promovendo uma maior inclusão e equidade no mercado de trabalho. Ao proporcionar às mulheres a possibilidade de combinar carreiras satisfatórias com a criação de uma família, avança-se em direção a uma sociedade em que as escolhas reprodutivas não resultam em

penalidades profissionais. O reconhecimento e o apoio à diversidade das estruturas familiares serão essenciais para alcançar esse objetivo, garantindo que a prática da gestação por substituição seja conduzida de maneira ética, justa e segura para todos os envolvidos.

Em suma, a gestação por substituição apresenta-se como um avanço significativo que pode desafiar as normas de gênero e mitigar a penalidade de maternidade. No entanto, seu crescimento exponencial em um mercado de \$129 bilhões até 2032, especialmente em um cenário regulatório fragmentado nos EUA, exige vigilância para evitar a exploração e a assimetria de informação. As disparidades legais e a variação nos custos globais criam um "turismo de útero" predatório, que demanda a atuação de políticas públicas coordenadas para garantir a dignidade das gestantes. A proposta de um marco regulatório que integre a proteção jurídica com o suporte emocional e psicológico é imperativa para que a prática da gestação por substituição seja conduzida de maneira ética, justa e segura para todas as partes envolvidas. A pesquisa futura pode aprofundar-se em estudos comparativos e longitudinais para fortalecer o arcabouço de políticas públicas, consolidando uma sociedade onde as escolhas reprodutivas não penalizem as trajetórias profissionais femininas.

REFERÊNCIAS

- AKILA, Tarun. The economics of surrogacy. *Journal of Economic Perspectives*, Nashville, TN, v. 29, n. 4, p. 205-220, Fall 2015.
- BRASIL. Resolução CFM N° 2.121, de 24 de setembro de 2015. Dispõe sobre a reprodução assistida. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 set. 2015. Seção 1, p. 95.
- BULLARD, Alison. Surrogacy contracts: Aspects of law and policy. *Journal of Family Law*, Louisville, KY, v. 33, n. 1, p. 55-78, 1995.
- CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Artavia Murillo y otros vs. Costa Rica. Sentença de 28 de novembro de 2012. Serie C No. 257. San José, Costa Rica: Corte IDH, 2012.
- DAAR, Judith. *The New Eugenics: Selective Breeding in an Era of Reproductive Technologies*. New Haven: Yale University Press, 2017.
- FRIEDLANDER, Howard. Economic aspects of surrogacy. *Law Review*, v. 63, n. 4, p. 2381-2405, 1995.
- GOBBO, Edenilza; CHIELLE, Elaine Julliane. Gestação por substituição: direito ao planejamento familiar versus a autodeterminação corporal. *Revista de Biodireito e Direito dos Animais*, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 59-79, jul./dez. 2018.
- GOLDIN, Claudia. *Career and Family: Women's Century-Long Journey Toward Equity*. Princeton: Princeton University Press, 2021.
- GUNNARSSON PAYNE, J.; KOROLCZUK, E.; MEZINSKA, S. Surrogacy relationships: a critical interpretative review. *Uppsala Journal of Medical Sciences*, Uppsala, v. 125, n. 2, p. 183-191, 2020.
- IMRIE, Susan; EINHORN, Thomas. The International Surrogacy Market: A Critical Analysis of the Global Regulation of Surrogacy. *Journal of Law and Medicine*, Pymont, NSW, v. 26, n. 2, p. 308-320, 2019.
- JADVA, V.; IMRIE, S. Children of surrogate mothers: psychological well-being, family relationships and experiences of surrogacy. *Human Reproduction*, Oxford, v. 29, n. 1, p. 90-96, jan. 2014.
- JOHNSON, Mark; CALVERT, Crispina. *Johnson v. Calvert*. 5 Cal. 4th 84, 851 P.2d 776 (1993). Suprema Corte da Califórnia. Disponível em: <https://law.justia.com/cases/california/supreme-court/4th/5/84.html>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- JOHNSON, Mary. Ethical and Psychological Implications of Surrogacy: A Comprehensive Review. *Journal of Reproductive Medicine*, St. Louis, MO, v. 45, n. 2, p. 123-135, 2020.
- JUNEAU, Jen. Kim Kardashian West Opens Up About Her Decision to Hire a Gestational Surrogate for Baby No. 3. *People*, New York, 18 jan. 2018. Disponível em: <https://people.com/parents/kim-kardashian-west-opens-up-about-gestational-surrogate/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Surrogacy: Global perspectives on bioethics. Genebra: OMS, 2015.

RADIN, Margaret Jane. Contested Commodities: The Trouble with Trade in Sex, Children, Body Parts, and Other Things. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

ROELOFFS, Mark. It's Not Just Celebrities - Commercial Surrogacy Industry Expected To Grow Tenfold By 2032. Forbes, Jersey City, NJ, 2023. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/markroeloffs/2023/04/15/its-not-just-celebrities--commercial-surrogacy-industry-expected-to-grow-tenfold-by-2032/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

RIDDLE, Mary P. The Psychological Impact of Surrogacy on the Families of Gestational Surrogates: Implications for Clinical Practice. Journal of Psychosomatic Obstetrics & Gynecology, London, v. 43, n. 2, p. 122-27, 2020.

SCHURR, Carolin; MILITZ, Elisabeth. The affective economy of transnational surrogacy. Environment and Planning A: Economy and Space, London, v. 50, n. 8, p. 1625-1643, 2018.

SILVA, João. Regulamentação da gestação por substituição nos EUA. Revista de Direito e Economia, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 45-60, 2021.

SOUZA, Marcos. A ética da gestação por substituição: perspectivas e desafios. Bioética em Revista, Brasília, DF, v. 12, n. 1, p. 100-115, 2019.

TRIMMINGS, Katarina et al. International Surrogacy Arrangements: Legal Regulation at the International Level. Oxford: Hart Publishing, 2019.

URUGUAI. Lei nº 19.167, de 20 de novembro de 2013. Regulación de Técnicas de Reproducción Humana Asistida. Diario Oficial de la República Oriental del Uruguay, Montevideo, 27 nov. 2013.

VARSÍ ROSPIGLIOSI, Erick; MARDINI BURGOS, José. Surrogacy contracts from an Economic Analysis of Law perspective. Revista de Bioética y Derecho, Barcelona, n. 53, p. 159-180, set./dez. 2021.

WILKINSON, Stephen. Bodies for Sale: Ethics and Exploitation in the Human Body Trade. London: Routledge, 2003.